ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Jaime Afreixo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues* — *João Belo* — *Artur Ricardo Jorge* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição

Decreto n.º 13:610

Atendendo a que subsistem as razões que levaram o Governo a autorizar trabalhos extraordinários, desde 1 de Novembro de 1926 até 31 de Março de 1927, no Arquivo de Identificação por decreto de 18 de Janeiro do ano corrente;

Atendendo a que há toda a conveniência em autorizar os mesmos trabalhos sempre que a aglomeração do serviço assim o exija, sem necessidade de decreto especial para cada caso;

Atendendo a que o respectivo encargo é satisfeito pelas verbas do Arquivo, não significando dispêndio a mais para o Estado;

Atendendo ao que me foi proposto pelo director do Arquivo de Identificação;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a prestação de trabalhos extraordinários no Arquivo de Identificação sempre que for reconhecida pelo Ministro da Justiça e dos Cultos a necessidade da prestação desses serviços.

Art. 2.º Esses trabalhos serão desempenhados por empregados do respectivo quadro propostos pelo director do Arquivo de Identificação e a sua remuneração é feita nos termos do artigo 3.º do já referido decreto de 18 de Janeiro de 1927.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 12 de Maio de 1927. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Manuel Rodrigues Júnior*.

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 13:611

Sob proposta dos Ministros da Justiça e dos Cultos e da Agricultura, com fundamento no § 4.º do artigo 59.º do decreto n.º 7:027, de 15 de Outubro de 1920:

Hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

São transferidas das verbas inscritas no capítulo 2.º, artigo 4.º, e no capítulo 16.º, artigo 58.º, do orçamento do Ministério da Agricultura em vigor no actual ano económico de 1926-1927 as quantias de 100\$ e 1.167\$, respectivamente, para o orçamento do Ministério da Justiça e dos Cultos vigente no aludido ano económico, devendo a importância de 100\$ ser inscrita no capítulo 5.º «Serviços Prisionais», Administração e Inspeção Geral das Prisões, artigo 14.º «Pessoal transferido

do Ministério da Agricultura», e a de 1.167\$ reforçar a verba inscrita no capítulo 1.º da «Despesa Extraordinária» destinada à satisfação de melhoria de vencimentos.

A referida importância transferida do orçamento do Ministério da Agricultura para o da Justiça e dos Cultos respeita ao vencimento e correspondente melhoria a que tem direito nos meses de Maio e Junho de 1927 o terceiro oficial do quadro especial João António Pires, transferido para este Ministério por decreto de 12 de Fevereiro último, publicado no *Diário do Governo* n.º 77, 2.ª série, de 8 de Abril do corrente ano.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 17 de Maio de 1927. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Jaime Afreixo* — *Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 13:612

No estado actual da chamada crise de habitação e de construção, o problema de defesa e auxílio que ao Estado é solicitado deve dividir-se em dois aspectos diversos.

Um desses aspectos, ou seja o do incremento a dar a novas construções, para que se ponha termo à dificuldade de obter habitação, e em condições económicas, será objecto doutro decreto que oportunamente será publicado.

O outro aspecto que tem o problema da crise de habitação é o de promover o acabamento dos edificios começados, que absorveram grandes capitais, assim immobilizados e quicá perdidos, se a tempo se não terminarem essas centenas de prédios que se encontram paralisados, perdendo dia a dia muito do seu valor pela acção do tempo sobre os materiais.

Nesta conformidade, a acção do Estado deve limitar-se ao que se contém no seguinte decreto:

Nestes termos:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todos os proprietários de edificios para habitação que estejam por acabar poderão requerer à Caixa Geral de Depósitos um empréstimo que lhes permita o acabamento, dando como garantia desse empréstimo, em primeira hipoteca, os terrenos e prédios iniciados, além de outras garantias subsidiárias.

Art. 2.º A administração da Caixa Geral poderá mandar proceder à avaliação da construção pelos seus peritos, e quando estes declarem que o prédio iniciado está em condições de solidez e boa construção, e que merece ser concluído, poderá abrir um crédito até 60 por cento do valor da avaliação.

Art. 3.º A importância do crédito será entregue par-